

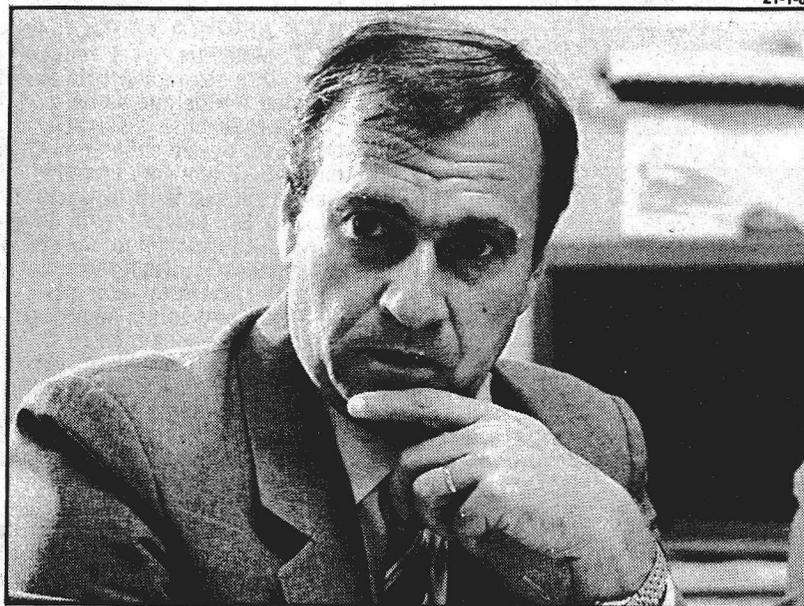
Congresso aprova crédito de Cr\$ 12 tri para dívida interna

Minutos antes de entrar no período de recesso — às 23h55 da última segunda-feira — o Congresso Nacional aprovou um crédito suplementar de Cr\$ 12,2 trilhões, pedido pela Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello e pelo Presidente Fernando Collor. Com isso, o Governo, finalmente, passa a contabilizar, no Orçamento da União, o registro de toda a dívida pública federal, incluindo os encargos e amortizações contraídos por conta do bloqueio de cruzados novos, em março, e todo o restante da dívida em títulos.

A partir daí o Governo tem autorização para emissão de títulos públicos que garantam a rolagem da dívida nos próximos meses, informou o Deputado federal César Maia (PDT-RJ), que foi nomeado relator, em plenário, da Comissão de Orçamento.

— Estes Cr\$ 12 trilhões, na verdade, representam apenas uma correção dos valores da dívida pública federal para dezembro de 90, mas não solucionam o problema para 1991. Provavelmente, quando o Congresso reabrir, será preciso que o Executivo encaminhe novo pedido de suplementação — explicou Maia.

Na previsão de Orçamento para 1991, o Governo preconizou amortização e encargos (juros) de dívida pública — incluindo os desembolsos de cruzados novos — no valor de Cr\$



César Maia: Governo necessitará de novo crédito suplementar em 1991

2,1 trilhões, a preços de maio. César Maia alerta, no entanto, que esta quantia é insuficiente para honrar os desembolsos, em cruzados novos, convertidos para cruzeiros, a partir de setembro de 91. Um cálculo rápido, considerando uma inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de 140% de maio a dezembro

deste ano (estimando 16% de inflação para este mês), indica que o valor a ser desembolsado a partir do ano que vem já seria de Cr\$ 5 trilhões, a valores de dezembro deste ano.

Ao se aplicar a inflação de 243% prevista no Orçamento de 1991, estes Cr\$ 5 trilhões representariam uma

21-1-89

Suplementação

O Senado aprovou ontem um crédito suplementar de Cr\$ 12,2 trilhões para a dívida interna.

ITEM	VALOR
Total da administ. da dívida pública	12,235 trilhões
Juros/encargos da dívida	490,65 bilhões
Amortização	11,74 bilhões

FONTE: Senado Federal

cifra de Cr\$ 12 trilhões no fim do ano que vem, caso as estimativas do Governo sejam mantidas. Por conta destes números, o Governo precisará de dotação extra no ano que vem, segundo César Maia.

De acordo com o parlamentar, o Governo só teria decidido pedir a dotação ao Congresso pouco antes do recesso porque o próprio Chefe do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo Guimarães, preocupado com a questão, teria colocado o cargo à disposição até que o Ministério tomasse alguma providência para corrigir o erro.